

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.765 - MG (2019/0291746-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **JOSÉ CLARO NUNES**
ADVOGADO : **HELBERT DE PAULA RODRIGUES - MG124343**
AGRAVADO : **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**
ADVOGADOS : **VIDAL RIBEIRO PONCANO - SP091473**
 : **LUANA CRISTINA ROSA - SP363659**
 : **THOMAS TOLOMELLI BRESCIA - MG155167**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de JOSÉ CLARO NUNES contra decisão que (a) negou seguimento a recurso especial, com base no inciso I dos arts. 1.030 e 1.040, do CPC/2015, tendo em vista que o acórdão recorrido está em consonância com tese firmada em sede de recurso repetitivo, quanto à capitalização dos juros; e, (b) inadmitiu o recurso especial quanto à limitação de juros.

Decido.

2. A decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o qual prevê, em seu art. 1.030, §2º, do CPC/2015, que cabe agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão em conformidade com entendimento do STJ em recurso repetitivo.

Confira:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – negar seguimento:

[...]

b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

[...]

§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

Diante da expressa previsão legal do cabimento de agravo interno, a interposição de agravo em recurso especial constitui falha inescusável que impede a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
ART. 1.042 DO CPC/2015. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE.
NEGATIVA. RECURSO REPETITIVO. RECURSO CABÍVEL.

AGRAVO INTERNO. ORIGEM. ART. 1.030, § 2º, DO CPC/2015. ERRO GROSSEIRO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Consoante o disposto no art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, a decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido que nega seguimento a recurso especial com base em entendimento firmado em recurso repetitivo deve ser impugnada por meio de agravo interno.

3. A jurisprudência desta Corte Superior se consolidou no sentido de que, sob a égide do CPC/2015, a interposição de agravo em recurso especial com tal finalidade constitui erro grosseiro, inviabilizando a aplicação do princípio da fungibilidade. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1239956/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CPC/2015. RECURSO CABÍVEL. ART. 1.042. ART. 1.030, I, § 2º, "B". VEDAÇÃO EXPRESSA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM FACE DE DECISÃO QUE INADMITE RESP FUNDAMENTADA EM REPETITIVO. NÃO CABE O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorga de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno" (AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe de 26/08/2016).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 951.728/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 07/02/2017)

Assim, no tocante ao tema repetitivo (capitalização de juros), o agravo não merece ser conhecido, pelas razões acima expostas.

3. No mais, a parte recorrente alega cobrança de juros remuneratórios de modo diverso da previsão contratual. Afirmar que essa matéria teria se tornado incontroversa ante o silêncio da parte recorrida, devendo presumir verdadeiros os fatos alegados pelo autor ora recorrente. Aduz a má-fé na cobrança e a restituição da quantia paga a maior em dobro quanto aos juros cobrados de forma diversa da pactuada.

3.1 Nesse ponto, verifica-se que a parte recorrente não indicou os dispositivos legais eventualmente violados pelo acórdão recorrido, não observando, portanto, a técnica própria de interposição do recurso especial.

Observa-se que, no presente caso, a parte recorrente até faz menção a alguns dispositivos de legislação federal, mas em nenhum deles afirma, claramente, que houve violação.

Adverta-se que, o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara qual o dispositivo legal que entende ter sofrido violação.

No caso, a ausência de especificação do dispositivo legal porventura violado caracteriza argumentação deficiente a impossibilitar a compreensão exata da controvérsia, atraindo, de forma incontestada, o teor da Súmula 284/STF.

3.2 Nota-se, ainda, que a tese de presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor ante o silêncio da parte recorrida quanto à questão dos juros remuneratórios não foi apreciada pela Corte local, nem foram opostos embargos de declaração pela parte recorrente a fim de sanar eventual omissão, carecendo a matéria na ótica arguida pela parte recorrente do indispensável prequestionamento, requisito viabilizador do acesso às instâncias especiais. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento da matéria, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3.3 Ademais, considerando a ótica analisada pela Corte local sobre a questão dos juros remuneratórios, consta do acórdão recorrido que a parte recorrida não cobrou juros em percentual superior ao previsto no contrato, tampouco é abusiva a taxa de juros. Segue trecho do acórdão recorrido:

"Analisando a tabela mencionada, a qual pode ser consultada no site <http://web.ipead.face.ufmq.brisite> atesto que a taxa de juros prevista no contrato firmada entre as partes, qual seja, 2,06% ao mês, não pode ser considerada abusiva, eis que inferiores a 1,5 vezes a média praticada para operações similares a ora discutida.

Assim sendo, não há qualquer abusividade quanto à taxa de juros prevista no contrato firmado entre as partes.

Insta acrescentar que também não merece acolhida a alegação da parte apelante de que o banco apelado cobrou juros em percentual superior ao previsto no contrato. Isto porque, não há nos autos nenhuma prova que demonstre que o banco apelado cobrou juros superiores ao previsto no contrato como custo efetivo total da operação, isto é, que foram cobrados juros superiores a 28,76% ao ano, conforme consta no contrato acostado às f. 29-35."(fl. 433)

Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, assim como a interpretação de cláusulas contratuais, atraindo o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

4. Ante o exposto, conheço em parte do agravo e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator